



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO LUIZ DO PARAITINGA
Gabinete

Excelentíssimo Senhor Doutor Conselheiro Relator do Egrégio Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo,

TC – 0006999.989.20
Contas Anuais – Exercício 2021
Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga

Ana Lúcia Bilard Sicherle, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade de nº 19.829.418.9, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo; e inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas da Secretaria da Receita do Brasil sob nº 121.951.688-03, residente no nº. 318 da via de Acesso Renato Aguiar, em São Luiz do Paraitinga, neste estado; e **Prefeita Municipal da Estância Turística de São Luiz do Paraitinga**, Estado de São Paulo, gestora responsável pelas contas do exercício financeiro de 2021, em atenção ao decidido (*evento 41*) o qual ato ordinatório disponibilizado no DOe no dia **02.07.2022**, consoante certidão da zelosa secretaria desta Corte, vem à presença de Vossa Excelência, muito respeitosamente, nos termos do art. 194 do Regimento Interno desta Egrégia Corte de Contas, *in tempore legis*, ofertar as suas **ALEGAÇÕES DEFENSIVAS**, e para tanto aduz o seguinte:

— **Das Considerações Preliminares**

1. *Prima ac ante omnia*, pedimos vênias a esta Egrégia Corte para deixar consignado que uma leitura minuciosa do Relatório demonstra que nossa Administração, mesmo passando pela crise político, econômica e sanitária enfrentada pelo País, com severos reflexos na arrecadação, mantém incansável a sua busca de realizar, com excelência, os serviços públicos municipais; de modo que sejam atendidas todas as atividades e serviços atribuídos ao Poder Executivo Municipal e, em especial, os serviços essenciais para o bem estar de nossa população;

2. Procuramos, em nossa gestão, aplicar os poucos recursos disponíveis em nosso Município, com exatidão e esmero; conforme se infere do minudente relatório de Auditoria, conseguimos equilibrar as contas municipais, atendendo aos dispositivos legais e constitucionais relativos às aplicações de **TODOS** os percentuais exigidos pela legislação pertinente, sem renunciar os demais pontos relevantes na análise das contas municipais;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO LUIZ DO PARAITINGA**
Gabinete

3. Foram atendidas às exigências legais estabelecidas pelos seguintes diplomas legais, a saber, pela Constituição Federal, e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, e pela Lei Geral do Orçamento, e pelos vetores e comandos normativos da sobrenomeada Transparência Fiscal, conforme comprova a Dd. Auditoria às folhas 20 do Relatório, e que nos permitimos transcrever:

Controle Interno	Regular
Houve adesão ao Programa de Transparência Fiscal da Lei Complementar nº. 178/2021?	Não
Execução Orçamentária – Resultado no exercício (superávit)	4,81%
Execução Orçamentária – Percentual de investimentos	3,40%
Dívida de Curto Prazo	Favorável
Dívida de Longo Prazo	Favorável
Precatórios - Foi suficiente o pagamento/depósito de precatórios judiciais?	Prejudicado¹
Precatórios - Foi suficiente o pagamento de requisitórios de baixa monta?	Sim
Encargos - Efetuados os recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS)?	Sim
Encargos - Efetuados os recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social?	Prejudicado
Encargos – Está cumprindo parcelamentos de débitos de encargos?	Sim
Transferência ao Poder Legislativo - Os repasses atenderam ao limite constitucional?	Sim
Lei de Responsabilidade Fiscal - Despesa de pessoal em dezembro do exercício em exame.	47,24%
Lei de Responsabilidade Fiscal - Atendido o art. 21, I e III, da LRF?	Sim
Ensino - Aplicação na Educação - art. 212 da Constituição Federal (limite mínimo de 25%)	25,69%
Ensino - Recursos do Fundeb aplicados no exercício (limite mínimo de 90%)	100,00%
Ensino - Se diferida, a parcela residual (de até 10%) foi aplicada até 30/04 do exercício subsequente?	Prejudicado
Ensino - Fundeb aplicado na remuneração dos profissionais da educação básica (limite mínimo de 70%)	82,56%
Saúde - Aplicação na Saúde (limite mínimo de 15%)	27,37%



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO LUIZ DO PARAITINGA
Gabinete

4. O Manual **Gestão Financeira de Prefeituras e Câmaras Municipais** elenca as principais causas, *in abstracto*, de parecer desfavorável, que ora transcrevemos:

- I) Déficit orçamentário;
- II) Insuficiente pagamento de precatórios judiciais;
- III) Repasse excessivo à Câmara dos Vereadores;
- IV) Falta de repasse previdenciário;
- V) Superação do limite da despesa de pessoal;
- VI) Não aplicação dos mínimos constitucionais da Educação;
- VII) Não aplicação integral do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB);
- IX) Não aplicação do mínimo constitucional na Saúde;
- X) Aplicação incorreta das multas de trânsito;
- XI) Não cumprimento do art. 42 da LRF;

5. O Relatório de Auditoria comprova que cumprimos **todos os** itens elencados. Temos a certeza de haver cumprido nossa obrigação de atender os anseios de nossos Munícipes, prestando aos mesmos os serviços públicos necessários e indispensáveis a uma saudável e vida digna em sociedade;

6. Segundo se infere do Relatório, dentre os itens apontados, alguns deles tratam de matéria estranha aos dados demonstrados em balanços, seus anexos ou suas avaliações; motivo pelo qual eles não devem influenciar os votos do “**PARECER**”, conforme tratado de forma precisa e categórica em expediente desta Egrégia Corte, que assim prescreve:

“Por isso que, tendo em vista a natureza jurídica do parecer prévio, os estudos levados a efeito por esta Corte de Contas concluíram que ‘ao tratar de matérias de contas municipais, não haverá inclusão, no voto, de parecer que contenha matéria estranha à avaliação do balanço do exercício econômico-financeiro e terão tramitação, em apartado, as matérias que não digam respeito a parecer técnico deste tribunal, mas sim à sua função jurisdicional.’”

7. Após a fiscalização realizada *in loco* por parte da Auditoria desse Egrégia Corte de Contas, foi emitido o bem elaborado Relatório, composto de **21 folhas**.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO LUIZ DO PARAITINGA**
Gabinete

8. Assim, para facilitar o exame, também subdividiremos esta peça em temas, seguindo a ordem utilizada no aludido relatório, conforme segue:

1. Índice geral IEG-M/2021 “C”, validado pela fiscalização, com deficiência por não atingir 50% dos quesitos das dimensões analisadas.

2. Item A.2 - Índice do IEG-M – I-Planejamento, com deficiências por não atingir 50% dos quesitos analisados e sem adequações.

14. Item H.1 – Na comparação dos quesitos do IEG-M com os ODS’s, foram constatadas inadequações que impactam as metas estipuladas e que requerem atuação dos gestores públicos.

9. Permitimo-nos responder aos itens acima citados em conjunto, pois eles tratam de assuntos análogos e repetitivos;

10. O Município tem dado importância ao IEG-M, sempre procurando corrigir e implementar ações para avanço nos índices, mesmo com as limitações de Município de pequeno porte e os problemas causados pela pandemia da Covid-19;

11. Comprova nossa assertiva, o fato de o índice do i-Fiscal passar de C+ para B; e o i-Cidade passar também de C+ para B; além disso, os índices atingidos foram quatro “B” e apenas três “C”;

12. A Auditoria não demonstra a forma de cálculo utilizada, pois analisando a forma estabelecida pelo Manual do IEGM, entendemos que o nosso índice seria “C+”;

Exercícios	2020	2021
IEG-M	C	C
i-Planejamento	C	C
i-Fiscal	C+	B
i-Educ	B	B
i-Saúde	B	B
i-Amb	C	C
i-Cidade	C+	B
i-Gov-TI	C	C



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO LUIZ DO PARAITINGA**
Gabinete

13. O **Manual do IEG-M/TCESP** que permite observar quais são os meios utilizados pelos municípios, no exercício de suas atividades, que devem ser disponibilizadas em tempo útil aos usuários, nas quantidades e qualidades adequadas e ao melhor preço (economia), de modo a alcançar a melhor relação entre os meios utilizados e os resultados obtidos (eficiência), visando o atingir os objetivos específicos fixados no planejamento público (eficácia);

14. O Relatório de Auditoria comprova que atendemos o preconizado pelo Manual, tendo atingido a eficiência e a eficácia necessárias em nossa gestão;

15. Com referência ao item i-Planejamento, estamos em fase de implantação de levantamento formal das necessidades, deficiências e problemas do Município;

16. Trata-se da fase do Planejamento chamada de Diagnóstico, onde se verificará a situação atual em que se encontra, para que as discussões sejam realizadas até o alcance do entendimento e ser inserido nas peças de planejamento;

17. Será disponibilizado no site oficial da Prefeitura, formulários para preenchimento pelos membros da Comunidade, sendo a participação liberada a todos cidadãos do Município, e os assuntos serão os abordados nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU – Agenda 2030 - Objetivo 16.7.

***3. Item B.1 – Não houve adesão ao programa de
transparência fiscal da lei complementar nº 178/2021.***

18. A Lei Complementar 178, de 13 de janeiro de 2021, estabelece um programa de estabilidade fiscal para estados e municípios com problemas de ajustes fiscais, criando condições mais favoráveis para a quitação de dívidas com a União, amparado no preceito da transparência;

19. Dentre os benefícios, houve uma ampliação de 6 para 9 anos no prazo do plano para reequilíbrio das contas e, além disso, a LC permite que governadores e prefeitos endividados voltem a contratar empréstimos com a autorização do governo federal. Altera também comprometimento da receita corrente líquida com despesas de pessoal;

20. Entendemos que o Município de São Luiz do Paraitinga não necessitou acionar a adesão, pois encontra-se em perfeita estabilidade fiscal, sem problemas de ajuste fiscal para quitação de dívidas e mantém-se dentro do limite das despesas com pessoal, que em dezembro do exercício em exame foi de **47,24%**;



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO LUIZ DO PARAITINGA
Gabinete

4. Item B.1.1 - Elevado índice de alterações orçamentárias realizadas no exercício em exame (47,91%).

21. Com todo respeito que merece a Dd. Auditoria, discordamos do afirmado, pois a Auditoria examina as alterações orçamentárias de forma que o percentual dobra de valor. No exercício examinado, a **Despesa Orçamentária foi acrescida de R\$ 11.666.993,73 por Créditos Adicionais Especiais, Suplementares e Extraordinários**, passando ao montante de **R\$ 52.447.793,73**, o que significa **28,60% da Despesa Fixada**, conforme Balanço Orçamentário, e demonstramos, conforme determina a Lei 4.320/64:

CRÉDITOS ADICIONAIS

CRÉDITOS ESPECIAIS, ABERTOS POR LEIS ESPECÍFICAS

Recursos COVID19	R\$ 977.108,53 (2,40%)
Excesso de Arrecadação	R\$ 6.048.048,97 (14,83%)
Superávit Financeiro	R\$ 1.599.644,52 (3,92%)
	R\$ 8.624.802,02 (21,15%)

CRÉDITOS SUPLEMENTARES ABERTOS POR DECRETO

Superávit Financeiro	R\$ 3.042.191,71 (7,45%)
----------------------	---------------------------------

TOTAL DOS CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS R\$ 11.666.993,63 (28,60%)

22. Merece observado que após as alterações orçamentárias realizadas, as Despesas Autorizadas e Realizadas passaram a ser as que vão demonstradas no Anexo a seguir:

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EMPENHADAS NO PERÍODO	LIQUIDADAS NO PERÍODO	PAGAS NO PERÍODO
DESPESAS	38.253.500,00	5.269.143,91	43.522.643,91	40.186.471,07	39.352.573,65	39.326.488,30
PESSOAL	20.658.500,00	1.962.989,18	22.621.489,18	22.264.924,37	22.264.924,37	22.238.839,02
OUTRAS DESP.	17.595.000,00	3.306.154,73	20.901.154,73	17.921.546,70	17.087.649,28	17.087.649,08
DESPESAS DE	2.284.500,00	6.639.849,82	8.924.349,82	5.178.512,75	1.887.459,96	1.887.459,96
INVESTIMENTOS	1.978.500,00	6.637.349,82	8.615.849,82	4.911.353,97	1.620.301,18	1.620.301,18
AMORTIZAÇÃO	306.000,00	2.500,00	308.500,00	267.158,78	267.158,78	267.158,78
RESERVA DE	242.800,00	(242.000,00)	800,00			



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO LUIZ DO PARAITINGA
Gabinete

TOTAL	DA	40.780.800,00	11.666.993,73	52.447.793,73	45.364.983,82	41.240.033,61	41.213.948,26
-------	----	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------

23. Portanto, do valor mencionado, 21,15% referem-se aos Créditos Especiais, abertos para as despesas com os Convênios e Emendas Parlamentares recebidos ou a receber no exercício dos Governos do Estado e União. Cumpre-nos salientar que para a liberação dos recursos de Convênios e Emendas Parlamentares, o Município é compelido a abrir Créditos Especiais;

24. Os Créditos Especiais não integram as peças de planejamento em sua elaboração: não há como prever tais recursos para inserção nos orçamentos anuais, pois ocorrem durante a execução orçamentária;

25. Analisando o assunto, porque se possa compreender o instituto há de mister compreender as características do Orçamento; vejamos a lição esclarecedora de Rogério Sandoli de Oliveira: **“Assim, na Lei Orçamentária Anual, temos a previsão da arrecadação de receitas para fazer frente às despesas nela mesma fixadas, sempre com vistas ao cumprimento das metas estabelecidas e ao atingimento dos objetivos perseguidos. Esse planejamento, a despeito de ser resultado de rigorosos estudos, não se encontra livre de falhas, da ocorrência de situações não previstas e até mesmo imprevisíveis. Isso devido ao espectro demasiado amplo dos bens e serviços prestados pela Administração Pública. Assim, necessária a existência de instrumentos que permitam a correção da previsão inicial, da despesa fixada, tornando o orçamento mais flexível e, como consequência, executável. Um desses instrumentos denomina-se crédito adicional.”** (*in* Orçamentos Públicos, Editora Revista dos Tribunais, 2ª. edição, 2010, página 144, *passim*);

26. Houve na realidade, abertura de Créditos Adicionais Suplementares, utilizando a prerrogativa da Lei Orçamentária Anual de apenas **7,45%**;

27. Encerrando o presente tópico, vale transcrever a afirmativa da Auditoria, que no item **B.1.1.1. – DAS DESPESAS, afirma: “NAS VERIFICAÇÕES EMPREENDIDAS PELA FISCALIZAÇÃO, NÃO FORAM CONSTATADAS IRREGULARIDADES.”**

5. Item B.1.1 - O resultado apurado mostra que o Ente superou o limite do § 1º do artigo 167-A (85%) da Constituição Federal de 1988, com um percentual de 89,29%.

28. Com referência ao presente item do Relatório, temos algumas observações que devem ser consideradas:

I- A legislação pertinente estabeleceu limites para o percentual de Receitas Correntes e Despesas Correntes. O



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO LUIZ DO PARAITINGA**
Gabinete

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo calcula as despesas, de janeiro a novembro, **pela despesa liquidada** (despesas processadas para fins de despesas [ou restos] a pagar), e em dezembro, muda a regra, e passa a fazer o cálculo pela **despesa empenhada** (despesas não processadas para fins de despesas [ou restos] a pagar).

II- Entretanto, as despesas empenhadas dão origem aos Restos a Pagar Não Processados; os restos a pagar não processados, podem ser anulados, desde que haja motivação comprovada.

III- A legislação pertinente não proíbe tais anulações, e assim sendo, poderá haver alteração no índice estabelecido pela Despesa Empenhada. O correto não seria utilizar a mesma forma (despesa liquidada) para todo exercício financeiro?

IV- O Artigo 167-A estabelece que, se no período de 12 (doze) meses, a relação entre despesas correntes e receitas correntes superar 95% (noventa e cinco por cento) no Município, **é facultada** a aplicação de mecanismo de ajuste fiscal.

V- Apurado que a despesa corrente supera 85% (oitenta e cinco por cento) da receita corrente, sem exceder o percentual de 95%, o Poder Executivo **PODERÁ** implementar atos de ajustes; não há, todavia, obrigatoriedade.

29. O percentual apurado pela Fiscalização está dentro dos limites legais, não sendo necessário qualquer implementação.

6. Item B.1.5.1 – Precatório no valor de R\$ 16.761,97 registrado no TJSP não quitado e sem depósito nas contas do Tribunal de Justiça para o exercício.

30. Em relação ao presente tópico, com o devido respeito, o apontamento feito pela Fiscalização se se pode redarguir; por certo a sêdula Unidade de Fiscalização (UR-14) fez a assertiva com fulcro em pesquisa no DEPRE; todavia o depósito do pagamento do precatório, ocorreu na conta do juízo de origem;



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO LUIZ DO PARAITINGA
Gabinete

31. Fato tal ressumbra da própria decisão do Departamento de Precatórios do TJ bandeirante; de bom alvedrio reproduzir a decisão areogapita, **publicada na data de 20 de junho de 2022:**

“Processo de Origem: 0000378-38.2018.8.26.0579. Vara Única Foro de São Luiz do Paraitinga. Em face do noticiado na petição suprarreferida quanto ao depósito efetuado diretamente nos autos de origem, e tendo em vista o solicitado pelo Juízo do feito, julgo **EXTINTO** o processo **DEPRE** em referência.”

E continua o *decisum*:

“Todavia, esclarece-se à Municipalidade, nos termos constitucionais, os depósitos vindouros, destinados ao pagamento de precatórios, deverão ser efetuados na conta vinculada ao Tribunal de Justiça conta 0.800.131.801.616, em nome da Prefeitura de São Luiz do Paraitinga, sendo considerados para efeitos de pagamento global do seu estoque da dívida de precatórios da devedora, obedecendo-se à cronologia estabelecida, para evitar a ocorrência de quebra de ordem.”

E conclui o **DEPRE**:

“Entretanto, uma vez que não há débitos anteriores, permitiu-se a excepcionalidade do procedimento para o precatório em questão.”

32. O trecho reproduzido traz duas notícias que demonstram a responsabilidade fiscal da Administração Pública: agora ao dizer que o precatório foi devidamente pago; agora ao declarar que o procedimento foi levado a efeito, em virtude do fato de inexistir débito anterior;

33. Merece observado, demais a mais, que Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga não possui ordem de pagamento de precatório a ser feito, como consta do documento colhido no sítio eletrônico do TJSP; eis o texto tal como aparece no portal do judiciário bandeirante: **“não há lista de precatórios pendentes de pagamento para esta entidade (exercícios de 2020, 2021 e 2022)”**.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO LUIZ DO PARAITINGA**
Gabinete

34. Dessarte, com o pagamento do precatório no valor de **R\$ 16.761,97**; *maxima data venia*, não há falar em divergência no mapa de precatórios informado ao AUDESP, motivo pelo qual o apontamento deve ser desconsiderado;

7. Item C.1.3 - Não houve a contratação de profissional de serviço social para atuação exclusiva na rede pública escolar, em desatendimento a Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019.

35. O Município dispõe de profissionais de Assistência Social no seu quadro de servidores; mercê disso, 01 (um) deles passará a compor a equipe de multiprofissionais, conforme estabelece a Lei; cujo fito é do desenvolvimento de ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais, à luz das diretrizes do projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica;

8. Item E.1 - Índice do IEG-M – I-Amb, validado pela fiscalização, com deficiências por não atingir 50% dos quesitos analisados.

36. A avaliação do IEG-M – I-Amb, com efeito apresentou resultado deficitário, não atingindo o índice de 50% dos quesitos analisados;

37. Mercê disso, não obstante alguns indicadores escaparem a prática de atos exclusivamente pelo Poder Executivo, v.g., a criação da contribuição da coleta de resíduos sólidos; uma vez que o Parlamento local mostrou-se refratário à inovação legislativa;

38. De qualquer forma, houve-se por bem fazer modificações no quadro de servidores, de tal sorte que, no início do presente exercício fiscal, houve mudança na titularidade da Diretoria de Meio-Ambiente;

39. Estamos que a modificação se mostrou benfazeja, uma vez que houve o implemento de novéis medidas e já foram adotadas ações no presente ano fiscal;

40. Dentre as mais eloquentes, poder-se-ia assestar para a edição, no mês de agosto de 2022, do Plano Integrado de Saneamento Básico e de Gerenciamento Integral de Resíduos Sólidos do Município de São Luiz do Paraitinga, aprovado pelo Decreto Municipal de nº 079/2022;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO LUIZ DO PARAITINGA**
Gabinete

41. Diploma tal, pode ser respigado no sítio eletrônico da Administração Pública, cujo endereço vai a seguir descrito:

<https://saoluizdoparaitinga.sp.gov.br/decreto-n-0792022-institui-o-plano-integrado-de-saneamento-basico-e-de-gerenciamento-de-residuos-solidos-do-municipio-de-sao-luiz-do-paraitinga-e-da-outras-providencias>

42. Bem como, o Plano na íntegra:

<https://saoluizdoparaitinga.sp.gov.br/leis/decretos/plano-integrado-de-saneamento-basico-e-de-gerenciamento-integral-de-residuos-solidos-do-municipio-de-sao-luiz-do-paraitinga>

43. O Plano fornece aos representantes municipais os instrumentos necessários ao acesso de toda população aos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos urbanos e, por fim, aos serviços de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, acredita-se que a nota atribuída “C”, no ano de 2021, com as devidas recomendações deste Plano, provavelmente, acredita-se, elevará o índice do atual a 50% em registrado na tomada de contas *sub oculis*.

— **Do Novo Marco Civil do Saneamento Básico**

44. O Plano reverencia as novéis disposições da Lei Federal nº. 14.026, de 15 de julho de 2020; sobrenomeada de **Novo Marco Civil do Saneamento Básico** no país;

45. Diploma tal modificou, como cediço, profundamente, a Lei Federal nº. 11.445, de 05 de janeiro de 2007; cuja ementa alterada reza: **“Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico”**;

46. Quer-nos parecer de tomo deixar consignado uma noção doutrinária acerca de saneamento; ou em outras palavras, poder-se-ia perguntar: Qual é abrangência do conceito o saneamento básico?

— **Da Abrangência do conceito de Saneamento Básico**

47. Bem no sabe esta Corte de Contas, que o Direito Brasileiro adota, em matéria de saneamento básico a **doutrina da integralidade** (art. 2º., inc. II) sobre o tema alcança, que pode ser assim classificado:

- a) Serviços públicos de abastecimento de água potável;
- b) Serviços públicos de coleta e tratamento de esgoto sanitário;



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO LUIZ DO PARAITINGA
Gabinete

- c) Serviços públicos de limpeza urbana (varrição, podas, capinas);
- d) Serviços públicos de manejo de resíduos sólidos;
- e) Serviços públicos de manejo de águas pluviais urbanas;

48. Observa-se que se trata de um espectro bastante dilargado da noção de saneamento básico ou do Direito do Saneamento Básico;

49. A preocupação com o tema da universalização dos serviços de saneamento básico, na forma de oferecimento de água potável, quanto no de coleta e tratamento o esgoto sanitário; neles se fala de se alcançar 99% da população com água potável; e 90% da população com o esgotamento sanitário; tudo isso no prazo da lei nacional de regência;

50. Há, igualmente, o cuidado com as regras relativas à redução das perdas de água, quanto às de se evitarem as intermitências dos serviços públicos;

51. Trata-se de uma diretriz principiológica estampada no art. 2º, inc. I da Lei 14.026/2020; conhecido como **princípio fundamental do saneamento básico da universalização do acesso** e efetiva prestação do serviço público; esse vetor vem especificado no art. 11-B que reza:

“Art. 11-B. Os contratos de prestação dos serviços públicos de saneamento básico deverão definir metas de universalização que garantam o atendimento de 99% (noventa e nove por cento) da população com água potável e de 90% (noventa por cento) da população com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033, assim como metas quantitativas de não intermitência do abastecimento, de redução de perdas e de melhoria dos processos de tratamento.”

52. Leciona Paulo Affonso Leme Machado sobre essa norma do Novo Marco Civil do Saneamento Básico, que determina sua extensão e sua temporalidade: **“A Lei poderia ter sido precisa em relação à dimensão do espaço territorial da universalização.”** (*in* Direito do Saneamento Básico, Editora JusPodium, 1ª. edição, 2021, página 82);

53. E prossegue o Mestre: **“O art. 11-B é mais amplo no sentido de apontar outros objetivos a serem buscados no mesmo espaço e para a mesma população: determina que sejam fixadas metas quantitativas de não intermitência do abastecimento, da redução de perdas e de melhoria do processo de tratamento. São metas de melhoria da qualidade da prestação do serviço, inclusive evitando-se o desperdício da água.”** (*in* Direito do Saneamento Básico, Editora JusPodium, 1ª. edição, 2021, página 82);



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO LUIZ DO PARAITINGA
Gabinete

54. Sobressalta em importância questão que diz respeito à regionalização dos serviços, com a edição da **Lei Estadual nº. 17.383, de 05 de julho de 2021**; com a criação da Unidade Regional 1, em que se acha o município de São Luiz do Paraitinga, o estado observou ao disposto no art. 2º., inc. XIV c/c o art. 8º.-A da Lei Federal nº. 14.026, de 15 de julho de 2020;

55. A norma federal prestigia a regionalização do serviço de saneamento básico; para tanto, diz a norma, há mister a edição de lei ordinária estadual, tal como fez o estado bandeirante; o texto legal proclama no art. 3º., VI, alínea *b*:

“unidade regional de saneamento básico: unidade instituída pelos estados mediante lei ordinária, constituída pelo agrupamento de Municípios, não necessariamente limítrofes, para atender adequadamente às exigências de higiene e saúde pública, ou para dar visibilidade econômica e técnica aos Municípios menos favorecidos;”

9. Item G.1.2 - A ouvidoria não elaborou Relatório de Atividades do exercício de 2020, contendo a consolidação das manifestações encaminhadas pelos usuários de serviços públicos.

56. Durante a Fiscalização Ordenada - Transparência Ouvidoria - TC-006848.989.21, houve um *lapso memoriae* do agente responsável, que deixou de prestar as informações, em virtude disso a inexistência do Relatório de Atividades (Gestão) do exercício de 2020;

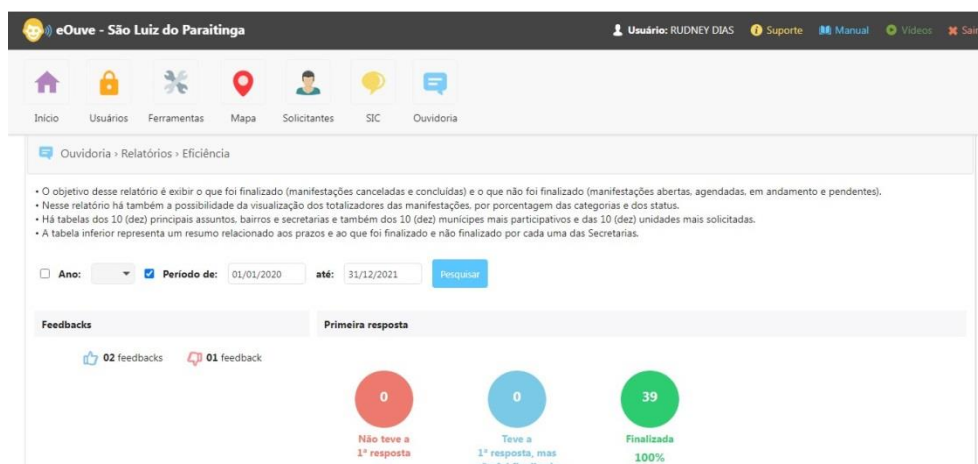


Figura 01 – Relatório de Atividades anos de 2020 e 2021



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO LUIZ DO PARAITINGA**
Gabinete

57. Aproveitamos a oportunidade para juntar Relatórios de Atividades dos anos de 2020 e 2021, das demandas individualizadas por: assunto e mês de competência. (Ouvidorias-Resumo-2020 e Ouvidorias-Resumo-2021 – anexos: (1. Ouvidorias-Resumo-2020 e 2. Ouvidorias-Resumo-2021);

10. Item G.1.2 - A Prefeitura não elaborou a "Carta de Serviço ao Usuário", que trata dos serviços prestados pelos seus órgãos e entidades, as formas de acesso a esses serviços e seus compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público, conforme artigo 7º, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017.

11. Item G.1.2 - A Prefeitura não regulamentou e instituiu o Conselho de Usuários, nos termos definidos nos artigos 18 a 21 da Lei Federal nº 13.460/2017.

58. Conselho de Usuário, após a conclusão da Carta de Serviços ao Usuário, será regulamentado e aberto período de inscrições para participação dos interessados no Conselho;

59. Em relação à regulamentação e instituição do Conselho de Usuários, com efeito, até a presente datação, a Prefeitura Municipal não conseguiu ultimar adequação legal em apreço;

60. Entrementes, não se pode ignorar que já obtivemos avanços neste sentido, em especial com a instituição da Ouvidoria Municipal;

61. Dessa feita, a instituição do Conselho de Usuários, além de ser uma exigência legal, contribuirá sobremaneira ao aperfeiçoamento dos serviços públicos prestados à população, motivo pelo qual reafirmamos nosso compromisso de promover as adequações necessárias para correção do apontamento.

12. Item G.1.2- Foi concedida revisão geral anual na remuneração dos servidores municipais no período vedado pela Lei Complementar Federal n.º 173/2020.

62. No tocante à concessão da revisão geral anual aos servidores municipais durante o exercício em exame, inicialmente, cumpre-nos esclarecer que a medida foi realizada com a cautela necessária e com embasamento na própria Lei Complementar nº 173/2020, além de ser respaldada pelo relatório emitido por essa E. Corte relativo ao assunto, conforme será demonstrado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO LUIZ DO PARAITINGA
Gabinete

63. Com o devido respeito ao apontamento feito pela Fiscalização, temos que o texto do inciso I do artigo 8º da LC 173/20 não proíbe a concessão de revisão geral anual, prevista no artigo 37, X, da Constituição Federal, vez que esta não gera ganho remuneratório real, mas apenas promove a recomposição da perda inflacionária, ou seja, o artigo 8º, I, da LC 173/20 não veda a recomposição inflacionária, mas sim o aumento real concedido aos servidores, **proibindo a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração durante o período nela previsto;**

64. Portanto, a LC 173/2020 veda o reajuste remuneratório, destinado particularmente às reconfigurações ou às revalorizações de carreiras específicas, por meio de reestruturações de tabela remuneratórias, enquanto a revisão geral anual trata da reposição da variação inflacionária ocorrida no período, não representando melhoria ou aumento remuneratório;

65. Assim, a matéria em análise, revisão geral anual, possui respaldo constitucional e, caso o legislador objetivasse suspender esse direito durante o período de calamidade, deveria necessariamente se socorrer de medida equivalente, em homenagem ao princípio da hierarquia das leis, o que, de fato, não ocorreu, tanto que o próprio dispositivo legal em comento (art. 8º, I, da LC 173/2020) não é expresso em relação à “revisão geral anual”;

66. Desta feita, em que pese a celeuma que recai sobre a interpretação do mencionado dispositivo legal, fica patente que a concessão de revisão geral anual, para a recomposição inflacionária da remuneração dos servidores públicos, não é vedada pelo artigo 8º, I, da LC 173/20. **Contudo, a medida deve observar às exigências legais e orçamentárias aplicáveis à espécie, como ocorreu no caso desta Prefeitura Municipal no exercício financeiro em exame;**

67. A concessão da revisão geral anual em 2021 foi respaldada pelas leis orçamentárias então vigentes, por lei autorizativa específica e, também, pela lei que fixa a data base aos servidores municipais (docs. anexos);

68. Ressalta-se, ainda, que a Prefeitura Municipal sempre atendeu ao comando constitucional do artigo 37, X, concedendo a revisão geral aos servidores nos exercícios financeiros anteriores (2020, 2019, 2018), e respeitando aos limites legais para gastos com pessoal previstos na LRF nos mesmos;

69. Ademais, faz-se importante consignar que a concessão da revisão geral anual em 2021 **não acarretou aumento de despesa** com a folha de pagamento, ou seja, o percentual da despesa com pessoal foi fechado em 47,24%, bem abaixo do exercício anterior (2020), cuja despesa com pessoal fechou em 51,10%.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO LUIZ DO PARAITINGA
Gabinete

70. Ao que se denota, não há ilegalidade no ato. Por outro lado, importante também destacar que a concessão da revisão geral foi respaldada pelo r. relatório emitido por essa E. Corte em consulta realizada sobre a LC 173/2020, **no TC-16054.989.20**, conforme dito inicialmente;

71. O artigo 8º da LC 173/20 dispõe que a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de conceder, a qualquer título, vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a membros de poder ou de órgão, servidores e empregados públicos e militares, **exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade pública**;

72. Assim sendo, ao tratar do assunto, o relatório dessa E. Corte assim dispôs (TC-16054.989.20 - fls. 14/15):

“...Postas tais diretrizes e remetendo o exame de determinados conceitos à eventualidade dos casos concretos, passo às questões propostas, iniciando com a indagação sobre a aplicação de Revisão Geral Anual (RGA) no período da calamidade, situação que abstraio a partir da incidência do inciso I.

A literalidade da norma, acredito, permite afirmar que o RGA, cuja natureza aqui se amolda ao reajuste ou adequação de remuneração, sucumbe à vedação.

Mais ainda, não bastasse a referência do d. MPC à tese de repercussão geral consagrada no E. STF, de que a revisão anual não gera aos servidores públicos direito subjetivo à indenização (Tema 019), o Excelso Tribunal igualmente deliberou, à luz do preceito do Art. 169, § 1º, incisos I e II, da CF, que a mesma revisão pressupõe medidas de natureza orçamentário-financeira, concluindo, tal e qual, que: “A revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos depende, cumulativamente, de dotação na Lei Orçamentária Anual e de previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias”

(Tema 864, decorrente do RE 905357, Relator Ministro Alexandre de Moraes, Tribunal Pleno, 29/11/2019).

73. Portanto, mesmo que ultrapassados os argumentos voltados a afastar a aplicabilidade do inciso I do artigo 8º da LC 173/20 para os casos de concessão da revisão geral anual, destacamos que esta Prefeitura Municipal promoveu a medida com todas as cautelas necessárias, principalmente se considerado que não houve aumento de gastos com pessoal, objetivo principal do dispositivo legal em comento;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO LUIZ DO PARAITINGA**
Gabinete

74. Igualmente, ressaltamos que o ato foi praticado em observância à orientação constante no TC-16054.989.20, a qual transcrevemos acima, cuja análise dos textos legais ora acostados demonstram a veracidade das afirmações;

75. Demais a mais, ante a regularidade do ato, o qual não acarretou aumento das despesas com pessoal ao longo do exercício analisado, aguardamos que o apontamento seja afastado;

76. E, por peroração, compete registrar que a reposição da inflação, com o desiderato de antemurar o poder de compra dos vencimentos dos servidores públicos municipais, de insofismável natureza alimentar, não trouxe gravame algum à prestação do serviço público de saúde, cuja natureza de essencialidade se manteve indene, uma vez que recursos promanados assim da União, que do Estado de São Paulo, somado aos do Tesouro Municipal foram assaz para as ações de combate à pandemia do Covid-19 (*corona virus disease* 2019, na linguagem do Organização Mundial da Saúde);

77. Como sabido e consabido, a *ratio essendi* da Lei Complementar 173, de 27 de maio de 2020, que fez mais rigorosa a já severa Lei de Responsabilidade Fiscal, foi permitir aos entes federativos o enfrentamento da pandemia;

78. O índice de gastos públicos na saúde, como suso visto, sobrepujou a previsão constitucional em mais de 12% (doze por cento);

13. Item G.3 - Índice do IEG-M – I-GOV TI, validados pela fiscalização, com deficiências por não atingir 50% dos quesitos analisados.

79. Diante das necessidades de adequações dos aspectos, aos itens informados pela municipalidade como não presentes, cabe ressaltar o andamento das seguintes:

- Lei Geral de Proteção de Dados;
- Lei da Eficiência Pública -Governo Digital;
- Políticas de Segurança de TI;
- A revisão do PDTI tem previsão de atualização para o próximo ano 2023, todavia, será analisado pela Secretaria Municipal de Administração, juntamente com o Departamento de Tecnologia da informação sua antecipação.

80. Com as adequações dos aspectos mencionados acima, acredita-se que a nota atribuída “C”, no ano de 2021, possa, em 2022, receber avaliação superior;



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO LUIZ DO PARAITINGA

Gabinete

__ Do Pedido

Finalmente, por todo o exposto, **entendemos que as ocorrências apontadas pela fiscalização foram devidamente justificadas, pois, primeiramente, não comprometeram a regularidade das Contas da Prefeitura Municipal e, por segundo, são passíveis de ajustes e correção, como deveras nos esforçamos para tal, motivo pelo qual aguardamos que as Contas referentes ao exercício financeiro de 2021 sejam julgadas regulares**, com a consequente emissão de parecer favorável à sua aprovação, por ser medida de JUSTIÇA!

Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga,
em **23 de agosto de 2022**.

Ana Lúcia Bilard Sicherle
Prefeito Municipal da Estância
Turística de São Luiz do Paraitinga